



LIBERDADE NA QUARTA MEDITAÇÃO

GABRIEL ARRUTI ARAGÃO VIEIRA ¹

RESUMO: A definição de liberdade é discutida no presente artigo. Essa definição de liberdade é dupla, e diferentes interpretações a respeito dessa duplicidade são apresentadas. A primeira definição consiste em caracterizar a liberdade como indiferença, ou seja, capacidade de escolher entre as opções disponíveis. A segunda definição de liberdade consiste em compreendê-la como espontaneidade, ou seja, decidir sem a influência de fatores externos. Entre a primeira e a segunda definição encontra-se a conjunção "*vel potius*". O significado dessa conjunção é objeto de disputa na tradição de comentário sobre o conceito de liberdade na *Quarta Meditação*. Ragland categoriza essas interpretações que são defendidas por grupos distintos de comentadores. Alguns comentadores entendem que a conjunção "*vel potius*" indica que a segunda parte da definição substitui a primeira, outros acreditam que a conjunção indica que a segunda parte da definição expande o significado da primeira, e há ainda aqueles que interpretam que a conjunção indica que a segunda definição esclarece o significado da primeira. A partir da ideia apresentada por Descartes de que a verdadeira liberdade só é exercida quando ela obedece os critérios da segunda definição, conclui-se que a interpretação correta é a de que há uma substituição da primeira definição pela segunda.

PALAVRAS-CHAVE: Liberdade; Quarta Meditação; Deus; Indiferença; Espontaneidade.

ABSTRACT: The definition of freedom is discussed in this article. There is a double definition for freedom, and different interpretations regarding this duplicity are presented. The first definition consists of characterizing freedom as indifference, or the ability to choose between available options. The second definition consists of understanding it as spontaneity, or deciding without the influence of external factors. Between the two definitions is the conjunction "*vel potius*". The meaning of this conjunction is the subject of dispute in the commentary tradition on the concept of freedom in the Fourth Meditation. Ragland categorizes these interpretations defended by distinct groups of commentators. Some commentators understand that the conjunction "*vel potius*" indicates that the second part of the definition replaces the first, others believe that the conjunction indicates that the second part of the definition expands the meaning of the first, and there are those who interpret that the conjunction indicates that the second definition clarifies the meaning of the first. Based on the idea presented by Descartes that true freedom is only exercised when it meets the criteria of the second definition, it is concluded that the correct interpretation is that there is a replacement of the first definition by the second.

KEYWORDS: Freedom; Fourth Meditation; God; Indifference; Spontaneity.

¹ Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: gabriel87arruti@gmail.com.

Este artigo tem por objetivo explorar a perspectiva de Descartes de liberdade elaborada pelo autor na *Quarta Meditação* (DESCARTES, 1969). O conceito de liberdade nesse texto se apresenta de forma complexa devido ao fato de que há duas definições para ele, a saber, a mais ampla que se caracteriza pelo poder de escolha entre duas opções, afirmar ou negar e buscar ou evitar algo, e outra mais precisa que se constitui da independência da alma dos fatores externos que poderiam influenciá-la. Existe um outro fator que torna a definição de liberdade ainda mais intrigante, o autor afirma que há um espectro gradativo no que se refere ao exercício da liberdade. Em estado de indiferença, isto é, quando não há uma inclinação para adotar nenhuma das alternativas que se apresentam, a alma é livre, porém de forma precária, o que representa o grau mínimo de liberdade possível. Por outro lado, quando há uma forte inclinação em assentir algo que é compreendido pelo entendimento de forma clara e distinta ou que é revelado por Deus através da fé, a alma goza da liberdade da forma mais plena possível. Nota-se que há dois graus discretos de liberdade e Descartes falha, na *Quarta Meditação*, na tarefa de apresentar estágios de liberdade que se encontrem entre os que acabam de ser descritos. Este fato fundamenta a interpretação de que há, na concepção elaborada na *Quarta Meditação*, apenas dois exercícios discretos de liberdade, um mais amplo e inferior, e outro mais restrito e superior. O fato de Descartes afirmar que é a liberdade que indica que o homem é semelhante a Deus é um aspecto que auxilia a interpretação acerca do conceito de liberdade. É relevante para a leitura da *Meditação* em questão notar que, apesar de haver aspectos semelhantes entre a liberdade humana e a liberdade divina, existem diferenças inconciliáveis entre o exercício humano da liberdade e o exercício divino da mesma faculdade. Primeiramente, a indiferença em Deus e nos seres humanos é completamente diferente e gera consequências opostas. É na indiferença que o ser humano exerce um grau de liberdade ínfimo ou inferior. Em Deus, por sua vez, a indiferença é o aspecto que caracteriza sua onipotência, de modo que logicamente não há nenhum critério que determine como ele deve agir, na verdade, o que ocorre é o contrário, é a ação de Deus que baliza todos os critérios existentes. Em segundo lugar, em Deus não há distinção possível entre as faculdades do entendimento e da vontade, das quais a diferença se dá apenas a partir de uma tentativa humana de compreender Deus tendo como referência seus próprios atributos, ou seja, é uma espécie de antropomorfização. O ato de Deus é simultaneamente vontade, entendimento e criação, enquanto no ser humano é possível distinguir vontade e entendimento, pois há atos de vontade que não são acompanhados de entendimento claro e distinto. É a partir da análise das diferenças existentes entre a liberdade humana e a liberdade divina que é possível compreender qual é de fato o aspecto que torna o

ser humano semelhante a Deus. Não é nas decisões tomadas a partir da indiferença, ou seja, da escolha entre duas opções sem que haja nada que incline a vontade na direção de uma delas, que o ser humano apresenta sua semelhança com Deus, mas quando uma decisão é tomada a partir de uma percepção clara e distinta do entendimento que inclina a vontade numa determinada direção, ou seja, quando se exerce o maior grau de liberdade. Ao exercer o maior grau de liberdade o ser humano experimenta uma sensação de unidade entre vontade e entendimento que se assemelha à unidade divina na prática de seus atos. A liberdade no sentido restrito, o maior grau de liberdade e, portanto, o conceito que de fato é inaugurado por Descartes nas *Meditações*, está relacionado à inclinação irresistível da vontade de prestar assentimento ao que é percebido clara e distintamente pelo entendimento ou pela revelação divina, e não ao poder de afirmar ou negar e de buscar e evitar, ou até mesmo de suspender o juízo em relação a algo que se apresenta de forma indiferente. Liberdade em Descartes, portanto, não se trata de indeterminação em relação às escolhas, mas se uma escolha é determinada por forças específicas, Deus e o entendimento. Ser livre, segundo o autor, é afirmar o que é verdadeiro e buscar o que é bom. Quando Descartes afirma que liberdade é espontaneidade, ele não quer dizer que ela é indeterminada, mas que ela é independente da influência do que não advém do entendimento e da revelação divina, como as paixões da alma e as percepções sensíveis, por exemplo, as quais são nomeadas como forças externas. Pode-se dizer, em última análise, que a liberdade depende da determinação divina. Quando a alma é inclinada a tomar uma determinada decisão a partir da fé na revelação divina, ele é livre e esta liberdade é claramente determinada por Deus. De forma indireta, a alma também é determinada por Deus quando toma uma decisão a partir de uma inclinação irresistível de afirmar algo provocada por uma percepção clara e distinta do entendimento. O ponto é que é Deus que determina as percepções claras e distintas do entendimento. O método reflexivo de afirmar apenas aquilo que não é passível de dúvida é descoberto e guiado pelo que Descartes denomina de luz natural, ou seja, pela apreciação de ideias inatas. De acordo com o autor, as ideias inatas são todas colocadas por Deus na alma humana no momento de sua criação. Isso justifica a afirmação de que ser livre é ser determinado por Deus.

Definição de liberdade

Descartes apresenta uma definição de liberdade na *Quarta Meditação*, ao contrário do que ele faz com outros conceitos apresentados no resto de sua obra, dos quais faz-se necessária uma análise dos contextos nos quais eles são utilizados para atribuir-lhe uma definição. A

definição de liberdade é constituída de duas etapas entre as quais se encontra a conjunção "*vel potius*". Há várias traduções possíveis para esta conjunção, de modo que os comentadores discordam em relação ao seu significado e à sua influência para a compreensão da definição de liberdade. Há comentadores que interpretam que as etapas da definição são aspectos complementares da mesma, há aqueles que entendem que a segunda etapa é a verdadeira definição e descartam o que diz a primeira etapa, e, por último, alguns comentadores acreditam que ambas as partes compõem a definição, mas que elas possuem relevâncias diferentes. Eis a Definição:

[...] considerada, porém, em si mesma, formal e precisamente, ela não parece ser maior, por consistir apenas em podermos fazer ou não fazer algo (isto é, afirmar ou negar, buscar ou fugir) ou, antes, (*vel potius*) por consistir apenas em que, para afirmar ou negar, buscar o que o intelecto nos propõe ou dele fugir, não sintamos que somos a isso determinados por nenhuma força exterior. Para ser livre, não é preciso que eu possa indiferentemente me inclinar para uma ou para outra parte, mas, ao contrário, quanto mais propenso para uma delas – seja por que nela entendo evidentemente o verdadeiro e bom, seja porque Deus assim dispôs o íntimo do meu pensamento –, tanto mais livremente escolho (DESCARTES, 1969, AT VII, p. 57).

A definição é composta por quatro elementos cruciais: as duas etapas que definem o conceito de liberdade, a conjunção "*vel potius*" que as separa e a perspectiva de que há graus de liberdade. A definição se inicia descrevendo o poder de decisão em relação às alternativas disponíveis. Esse poder de decisão fundamenta-se em uma perspectiva clássica de indiferença, que é diferente da adotada por Descartes, e ambas são apresentadas no decorrer do presente artigo. De acordo com a segunda etapa da definição, liberdade consiste em não ser influenciado por forças externas. Forças externas é tudo aquilo que não advém da revelação divina nem do entendimento humano, ou seja, a influência das escolas, as percepções sensíveis, as paixões da alma e os preconceitos. A polêmica em relação à conjunção *vel potius* é analisada em um momento posterior deste artigo. A ideia de que a liberdade se dá em graus é exposta a partir da comparação entre o conceito descrito na primeira etapa da definição e o conceito descrito na segunda etapa da definição. Descartes afirma que quanto maior for a indiferença, ou seja, a ausência de qualquer inclinação da vontade na direção de uma das alternativas disponíveis, menor é o grau de liberdade experimentado por quem pratica a escolha. Por outro lado, o maior grau de liberdade é experimentado quando se presta assentimento ao que se apresenta como verdadeiro pelo entendimento ou se busca aquilo que é revelado como bom por Deus.

O entendimento da definição completa é preciso analisar a sua primeira etapa e para isso é necessário averiguar a distinção entre a concepção cartesiana de indiferença e a perspectiva clássica. A definição clássica de indiferença consiste no poder de escolha entre as alternativas

disponíveis. Em uma carta a Mesland de 1645 (DESCARTES, 1969), Descartes descreve indiferença de outra forma:

Eu gostaria que você notasse que “indiferença” neste contexto me parece estritamente significar aquele estado da vontade no qual ela não é impelida em uma direção em detrimento de outra por nenhuma percepção de verdade ou bondade. Esse é o sentido que eu adotei quando eu disse que o menor grau de liberdade é aquele pelo qual nós nos determinamos às coisas às quais somos indiferentes. Mas talvez outros entendam por “indiferença” uma faculdade positiva de se determinar a um ou a outro de dois contrários, o que quer dizer, perseguir ou evitar, afirmar ou negar (DESCARTES, 1969, AT IV, p. 173).

Enquanto a definição clássica de indiferença destaca o aspecto positivo da escolha, a perspectiva de Descartes define indiferença como algo negativo, a saber, corresponde à indecisão da vontade. Esta indecisão corresponde a um caráter negativo, pois ela é uma consequência dos limites do entendimento humano que são frutos de sua natureza finita. A vontade, nas situações de indiferença, tem a possibilidade de escolha entre afirmar ou negar e buscar ou evitar, pois o entendimento limitado não tem uma concepção clara e distinta que incline a vontade a tomar uma decisão tendo em vista que a alma ignora o que é verdadeiro e deve ser afirmado e o que é bom e deve ser perseguido. A liberdade enquanto capacidade de escolha em situações de indiferença, de acordo com a concepção cartesiana, é muito mais a evidência de um defeito ou limitação do que uma virtude.

Além dos elementos já mencionados a respeito da definição, faz-se necessária, para constituir uma interpretação fundamentada, uma avaliação do debate a respeito da expressão “*vel potius*”. A análise deste debate foi feita por Ragland (2016), comentador que classificou as interpretações possíveis da definição em três categorias.

A primeira categoria é denominada “substituição” (RAGLAND, 2016, p. 86). De acordo com a interpretação à qual esta categoria é atribuída, a expressão “*vel potius*” indica que a primeira etapa da definição, aquela que afirma que a liberdade se manifesta nas escolhas tomadas nas situações de indiferença, é incorreta e é substituída pela concepção de liberdade como espontaneidade, aquela que afirma que ser livre é apenas ser determinado pela revelação divina e pelo entendimento e não pelas ditas forças externas.

A segunda categoria é denominada “expansão” (RAGLAND, 2016, p. 86). De acordo com a interpretação referente a esta categoria, tanto a indiferença quanto a espontaneidade são características da liberdade. Sendo assim, uma escolha pode ser espontânea sem ser indiferente e uma escolha pode ser indiferente sem ser espontânea, além de ambas as características poderem se apresentar juntas. Em qualquer das situações mencionadas, se exerce a liberdade.

A terceira categoria é denominada “esclarecimento” (RAGLAND, 2016, p. 86). De acordo com a interpretação designada por esta categoria, a expressão “*vel potius*” indica que a segunda etapa da definição descreve o que está posto na primeira etapa com outras palavras. Deste modo, indiferença e espontaneidade são a mesma coisa e não podem ser consideradas a parte quando se trata da definição de liberdade como um todo. Segundo este raciocínio, não é

plausível considerar que uma característica apareça sem que a outra esteja presente, não há espontaneidade sem indiferença e não há indiferença sem espontaneidade.

Gilson (1913) é um dos comentadores que adotam a interpretação que se adequa à categoria “substituição”, entendendo que a expressão "*vel potius*" implica que a indiferença deve ser descartada no que se refere a especificação da concepção cartesiana de liberdade, para a qual deve-se considerar apenas os aspectos vinculados a espontaneidade. De acordo com o comentador em questão, Descartes abandona a concepção de liberdade como indeterminação e passa a adotar um entendimento de que a liberdade consiste na não restrição. Vale ressaltar que Descartes não considera a forte e irresistível inclinação da vontade em assentir ao que é apresentado como verdadeiro pelas percepções claras e distintas do entendimento e nem a inclinação que leva a buscar o que é revelado pela fé como bom como restrições. Estes dois elementos não fazem parte da categoria de forças externas, já descrita anteriormente. Michelle Beyssade (1994) também adota esta interpretação, considerando que a expressão "*vel potius*" “introduz uma correção e remove o que a precede” (BEYSSADE, 1994, p. 206), o que leva às mesmas implicações da interpretação de Gilson já mencionadas.

A interpretação pertencente à categoria “expansão” é adotada por Anthony Kenny (1972). Ele afirma que “livre arbítrio frequentemente consiste em liberdade de indiferença, mas às vezes consiste apenas em liberdade de espontaneidade, e isso é tudo que é essencial a ele” (KENNY, 1972, p.18). De acordo com essa perspectiva, há liberdade nas decisões tomadas a partir da indiferença, mas o que é de fato essencial a liberdade é a espontaneidade, ou seja, a capacidade de decidir sem a influência de forças externas. Sendo assim, não é crucial que haja indiferença para se exercer a liberdade, mas há casos em que a liberdade é exercida a partir de uma escolha indiferente. Nas escolhas espontâneas, segundo Kenny, há algum grau de indiferença pois ele interpreta que as percepções do entendimento e a revelação divina não provocam inclinações irresistíveis da vontade, ou seja, para ele é possível conhecer a verdade e optar por assentir o seu oposto. Essa indiferença enfraquecida, no entanto, não é aquela descrita por Descartes na sua definição ao mencionar que escolhas indiferentes possuem o menor grau de liberdade possível. Pode-se adiantar que esta interpretação não está de acordo com a defendida no presente artigo, pois indiferença implica em nenhuma inclinação da vontade e ainda que se possa considerar possível assentir o falso tendo conhecimento do que é verdadeiro, não se pode afirmar que essa escolha tenha sido feita sem nenhuma inclinação da vontade. Quanto à existência de liberdade em escolhas tomadas a partir de situações de indiferença, tendo em vista que o que há de essencial a liberdade é a espontaneidade, como quer

o próprio Kenny, ela não seria possível com a escolha entre duas opções opostas, mas apenas a partir da suspensão do juízo, pois, não havendo qualquer inclinação da vontade, a única opção espontânea é não escolher. Kenny está correto, no entanto, ao identificar a espontaneidade como o único elemento essencial à liberdade, como pode ser observado na seguinte passagem:

Na verdade, a graça divina e o conhecimento natural nunca diminuem a liberdade, mas antes a aumentam e corroboram. Mas a indiferença que experimento, quando nenhuma razão me leva mais para um lado do que para o outro, é o ínfimo grau de liberdade e não atesta nenhuma perfeição sua, mas somente uma deficiência do conhecimento ou alguma negação. Pois, se eu visse sempre claramente o que é verdadeiro e o que é bom, nunca deliberaria sobre o que se deve julgar e o que se deve escolher e, assim, embora completamente livre, eu nunca poderia ser, contudo, indiferente (DESCARTES, 1969, AT VII, p. 58).

Esta passagem deixa claro que Descartes entende que há dois graus distintos de liberdade. Quando a escolha é tomada a partir de uma situação de indiferença, o que se observa são as limitações da finitude do entendimento humano e o exercício do que o autor denomina como um grau ínfimo de liberdade. Já as decisões determinadas pela graça divina e pelas percepções claras e distintas do entendimento, as quais não são de forma alguma indiferentes, são aquelas nas quais o grau máximo de liberdade é alcançado. Ao final deste artigo, a partir da apresentação da característica da humanidade que a torna a imagem e semelhança de Deus, chega-se à conclusão de que Descartes, de fato, abandona a concepção de liberdade enquanto indeterminação e indiferença e adota a concepção de que a verdadeira liberdade é aquela determinada pelo entendimento claro e distinto e pela revelação divina e não por nenhuma outra “força externa”, a saber, a escolha espontânea. Descartes descreve o que ele entende por uma escolha espontânea e livre na seguinte passagem:

Por exemplo: como examinei nesses últimos dias se existia algo no mundo e notei que, pelo fato de o examinar, seguia-se evidentemente que eu existia, não pude não julgar que o que entendia tão claramente fosse verdadeiro. Não que isso fosse coagido por uma força externa, mas, porque uma grande luz no intelecto tem como consequência uma grande propensão na vontade, assim, nisso acreditei tanto mais espontânea e livremente quanto menos lhe fui indiferente (DESCARTES, 1969, AT VII, pp. 58-59).

Na passagem encontra-se mais um elemento que é contrário a interpretação de Kenny, a saber, a inclinação da vontade provocada pela grande luz do intelecto é irresistível, ou seja, ao conhecer a verdade a partir do entendimento não é possível não prestar assentimento a ela, o que elimina qualquer possibilidade de indiferença. Sendo assim, se a essência da liberdade é a escolha espontânea influenciada apenas pelo entendimento claro e distinto e pela revelação divina, a indiferença deve ser totalmente excluída do que pode ser considerado uma escolha livre. Descartes deixa este ponto ainda mais claro quando ele estabelece uma proporção inversa entre liberdade e indiferença, ou seja, quanto mais livre, menos indiferente, quanto mais indiferente, menos livre. O que acentua ainda mais este contraste é que Descartes não apresenta

nenhuma situação intermediária, pelo contrário, parece só haver duas possibilidades: ou se é livre, ou se é indiferente. Descartes desenvolve ainda mais sua concepção de indiferença na seguinte passagem:

Agora, porém, não somente sei que existo, na medida em que sou certa coisa pensante, mas, além disso, depara-se-me também a ideia de certa natureza corpórea, o que me faz duvidar sobre se a natureza pensante que está em mim, ou melhor, que eu, eu mesmo sou, é diversa dessa natureza corpórea, ou se ambas são uma mesma coisa. E, suponho que nenhuma razão se apresentou a meu intelecto até agora que me persuadiu mais de uma coisa que de outra. É, decerto, por isso mesmo, que sou indiferente a afirmar ou a negar um ou o outro [...] (DESCARTES, 1969, AT VII, p. 59).

Levando-se em consideração que a revelação divina praticamente não é tratada por Descartes no corpo das meditações como um todo, ele apresenta o entendimento claro e distinto como único instrumento capaz de retirar a vontade de uma situação de indiferença. Se a única forma de retirar a vontade de uma situação de indiferença é possuir uma percepção clara e distinta do entendimento em relação a uma determinada questão, e todas as decisões tomadas a partir do entendimento são espontâneas e livres de forças externas, pode-se concluir que existem apenas dois tipos de decisão, as indiferentes e as espontâneas. Este argumento, baseado na passagem citada, elimina qualquer possibilidade de graus intermediários de liberdade. Deste modo, diante do exposto, pode-se dizer que há apenas dois graus discretos de liberdade, o ínfimo, fruto da indiferença, e o máximo, fruto da espontaneidade. Descartes não só não apresenta graus intermediários como ele nega a possibilidade de sua existência explicitamente:

Ao contrário, essa indiferença não se estende apenas a coisas de que o intelecto não sabe totalmente nada, mas, genericamente, a todas as coisas que não são por ele conhecidas de modo suficientemente claro, no momento mesmo em que a vontade delibera a respeito delas. Pois, embora conjecturas prováveis possam trazer-me para uma das partes, só o conhecimento de que se trata apenas de conjecturas e não de razões certas e indubitáveis é suficiente para levar meu assentimento para a parte contrária. Foi o que experimentei suficientemente nestes dias, quando, só porque me dei conta de que as podia de algum modo pôr em dúvida, supus de todo falsas coisas que antes tinha por verdadeiras (DESCARTES, 1969, AT VII, p. 59).

De acordo com a passagem, tudo que não é conhecido de modo suficientemente claro resulta em indiferença. Descartes seria mais preciso conceitualmente se tivesse se referido a uma dicotomia e não a um espectro gradativo de liberdade. Toda a polêmica gerada na tradição de comentário sobre o assunto é resultado de outra escolha conceitual imprudente feita pelo autor. Ao invés de classificar as escolhas indiferentes como representantes de um grau ínfimo de liberdade, Descartes poderia ter deixado claro que tais escolhas não são o que ele de fato entende por liberdade, aquela que torna a humanidade a imagem e semelhança de Deus, as escolhas determinadas pela inclinação irresistível da vontade de afirmar o que as percepções claras e distintas do entendimento apontam como verdadeiras. As próprias passagens analisadas levam à conclusão de que é essa a concepção de liberdade defendida por Descartes na *Quarta Meditação*. O que fundamenta ainda mais esta interpretação é a comparação entre a liberdade

divina e a liberdade humana e a identificação do elemento que as tornam semelhantes. Esta comparação também é necessária para compreender a interpretação da categoria “esclarecimento” defendida por Ragland, a qual é apresentada na próxima seção por essa razão.

Liberdade humana e liberdade divina

A interpretação que representa a categoria “esclarecimento” considera que a conjunção “*vel potius*” indica que a segunda etapa da definição apenas explica o que é dito na primeira parte com outras palavras. De acordo com esta perspectiva, ambas as características, indiferença e espontaneidade sempre constituem concomitantemente as escolhas livres. Com o intuito de fundamentar esta interpretação, Ragland analisa o paralelo entre a liberdade humana e a liberdade divina elaborado por Descartes nas *Respostas às Sextas Objeções*:

Como liberdade da vontade, a forma como ela existe em Deus é bem diferente da forma como ela existe em nós. É contraditório supor que a vontade de Deus não era indiferente da eternidade com respeito a todas as coisas que aconteceram ou vão acontecer; pois é impossível imaginar que qualquer coisa é pensada no intelecto divino como boa ou verdadeira, ou digna de crença ou ação ou omissão, antes da decisão da vontade divina de fazê-lo deste jeito. Eu não estou falando aqui de prioridade temporal: eu quero dizer que não há nem mesmo qualquer prioridade de ordem, ou natureza, ou de “razão determinada racionalmente” como eles a chamam, de tal modo que a ideia de Deus do bem o impeliu a escolher uma coisa em detrimento de outra. Por exemplo, Deus não quis a criação do mundo no tempo porque ele viu que seria melhor dessa maneira do que se ele o tivesse criado na eternidade; ele também não quis que os três ângulos de um triângulo devessem ser iguais a dois ângulos retos porque ele reconheceu que não poderia ser de outra forma, e assim por diante. Ao contrário, é porque ele quis criar o mundo no tempo que é melhor dessa maneira do que se ele o tivesse criado na eternidade; e é porque ele quis que os três ângulos de um triângulo devessem necessariamente ser iguais a dois ângulos retos que isso é verdade e não pode ser de outra forma; e mesmo serve para outros casos... Então a indiferença suprema que é encontrada em Deus é a suprema indicação de sua onipotência. Mas para o homem, uma vez que ele descobre que a natureza de todo bem e da verdade já é determinada por Deus, e sua vontade não pode inclinar-se em direção a nenhuma outra coisa, é evidente que ele vai adotar o que é bom e verdadeiro voluntariamente, e conseqüentemente mais livremente, na proporção em que ele o vê mais claramente. Ele nunca é indiferente exceto quando ele não sabe qual das duas alternativas é melhor ou mais verdadeira, ou pelo menos quando ele não vê claramente o suficiente para desconsiderar qualquer possibilidade de dúvida. Conseqüentemente a indiferença que pertence à liberdade humana é muito diferente da que pertence à liberdade divina. O fato de que as essências das coisas são ditas indivisíveis não é relevante aqui. Pois primeiramente, nenhuma essência pode pertencer univocamente a Deus e suas criaturas; e em segundo lugar, indiferença não pertence à essência da liberdade humana, uma vez que não somos livres apenas quando a ignorância de que é certo nos faz indiferentes, mas somos também livres – de fato exercendo a nossa maior liberdade possível – quando uma percepção clara nos impele a perseguir algum objeto (DESCARTES, 1969, AT VII, p. 431).

A primeira diferença relevante entre a liberdade divina e a liberdade humana presente na passagem está relacionada à indiferença. A indiferença em Deus é o que caracteriza sua onipotência. Deus é indiferente em todos os seus atos porque não há nenhum critério que determine o modo como ele deve criar qualquer coisa ou se ele deve criar ou deixar de criar

alguma coisa. Não existe uma moral logicamente e ontologicamente anterior a Deus que determina como ele deve criar. Também não há nenhum critério lógico ou racional que determine a criação divina. A ordem, apenas a título de esclarecimento, é inversa, qual seja, se algo é bom é porque foi criado por Deus e não o contrário, Deus o criou porque este algo era bom. O mesmo pode ser dito da razão e da lógica: há coisas racionais e lógicas porque elas foram dessa forma criadas por Deus e não Deus as criou assim porque existia uma razão e uma lógica prévias à criação que a determinou. A indiferença em Deus torna a sua liberdade totalmente indeterminada e, portanto, absoluta. Descartes ainda aprofunda esta concepção na seguinte passagem:

Se qualquer um atenta para a imensurável grandeza de Deus ele descobrirá que é manifestamente claro que não pode haver nada que não dependa dele. Isso se aplica não somente a tudo que subsiste, mas a toda a ordem, toda lei, e toda a razão para que qualquer coisa seja verdadeira ou boa. Se não fosse assim, então, como notado um pouco mais cedo, Deus não teria sido completamente indiferente em relação à criação do que ele de fato criou. Se qualquer razão para uma coisa ser boa precedesse o preordenamento [de Deus], essa razão o teria determinado a fazer aquilo que é melhor (DESCARTES, 1969, AT VII, p. 435).

Como visto anteriormente, o que Descartes entende por indiferença nos seres humanos é completamente diferente. A indiferença nos humanos não é uma virtude que dá poder absoluto de optar por qualquer decisão, mas é ignorância em relação ao que é verdadeiro e bom provocada pela limitação do entendimento decorrente da finitude humana que torna determinadas decisões indiferentes. A indiferença não só não é uma virtude, mas é um defeito e é por essa razão que Descartes afirma que a “indiferença não pertence à essência da liberdade humana” (DESCARTES, 1969, AT VII, p. 431).

É relevante destacar que o ato livre e indiferente de Deus é ao mesmo tempo vontade, conhecimento e criação e não possui nenhum critério moral ou racional que o antecede ontologicamente. Como mencionado, são os atos de Deus que determinam o que é moral e racional. Nos seres humanos, os atos livres não são indiferentes, mas determinados pela razão que guia o entendimento e pela moral da revelação divina. Essa determinação se dá por uma forte e irresistível inclinação da vontade de assentir o que é verdadeiro e apreendido pelo entendimento e buscar o que é bom e revelado pela fé. Dito de outro modo e utilizando um artifício didático tendo em vista que entendimento, vontade e criação em Deus são a mesma coisa, pode-se afirmar que a vontade divina precede o seu conhecimento e a sua criação logicamente. O ato livre humano, por sua vez, tem o exercício da vontade precedido por uma percepção racional, clara e distinta do entendimento ou pela revelação divina, de modo que a liberdade humana é determinada por uma razão e por uma moral já instituída. Essa é a segunda diferença fundamental entre a liberdade humana e a liberdade divina.

Outro elemento importante é a declaração explícita e inequívoca de Descartes de que “nenhuma essência pode pertencer univocamente a Deus e suas criaturas” (DESCARTES, 1969, AT VII, p. 431). Esta passagem fundamenta a interpretação de que, na maioria dos aspectos, a liberdade divina é muito distinta da liberdade humana. A liberdade em Deus tem por base a indiferença no sentido clássico, ou seja, uma indiferença que sustenta um poder de escolha absoluto e indeterminado, já o grau máximo da liberdade humana é alcançado na ausência de indiferença e na presença da espontaneidade fruto da inclinação irresistível da vontade de assentir e busca o que se apresenta para a alma como verdadeira e bom, respectivamente.

O problema que se apresenta pode ser posto nos seguintes termos: se a liberdade humana e a liberdade divina são essencialmente diferentes, é preciso questionar por que Descartes afirma que é a liberdade que torna o ser humano a imagem e semelhança de Deus. A resolução deste problema depende da identificação de qual é a semelhança existente entre a liberdade humana e a liberdade divina. Descartes declara que a liberdade humana é o que torna os homens semelhantes a Deus nos da seguinte forma:

Somente da vontade ou da liberdade de arbítrio, que experimento muito ampla em mim, não apreendo a ideia de outra maior; de sorte que é ela principalmente a razão para que entenda haver em mim uma imagem ou semelhança de Deus. Pois, embora seja em Deus incomparavelmente maior do que em mim – quer em razão do conhecimento e da potência que a ela se juntam, fazendo-a mais firme, quer em razão do objeto, pois estende-se muitas outras coisas –, considerada, porém, em si mesma, formal e precisamente, ela não parece ser maior [...] (DESCARTES, 1969, AT VII, pp. 56-57).

Apesar de deixar claro, como já mencionado, que a essência da liberdade em Deus não pode ser considerada univocamente a liberdade humana, na passagem citada Descartes declara que a liberdade divina não pode ser considerada maior do que a liberdade humana e que é por isso que essa característica, ser livre, é o que torna a humanidade a imagem e semelhança de Deus. Diante de tudo que foi exposto até esse ponto, identifica-se uma contradição entre as posições do autor nas passagens citadas. Ragland tenta resolver o problema. O comentador afirma que o fato de não ser possível considerar a liberdade humana e a liberdade divina univocamente, não implica que os conceitos são completamente opostos. Deste modo, é possível encontrar algum aspecto semelhante entre a liberdade humana e a liberdade divina. O comentador argumenta: “isso não significa que nenhuma característica pertença essencialmente a ambas, vontade humana e divina. Pelo menos uma característica é essencial a ambos, e Descartes quer que sua definição de liberdade a identifique.” (RAGLAND, 2016, p.101).

A afirmação de que a liberdade é o que torna o homem a imagem e semelhança de Deus precede a definição de liberdade. A definição é antecedida pela seguinte passagem: “ela (a

liberdade divina) não parece ser maior que a liberdade humana, por consistir apenas em[...]” (DESCARTES, 1969, AT VII, p. 57). É por essa razão que Ragland considera que apontar a similaridade entre a liberdade humana e a liberdade divina é a tarefa fundamental da definição. O comentador apresenta três possibilidades de leitura. Uma delas é a de que a semelhança está na primeira etapa da definição e não na segunda, de modo que o paralelo entre a liberdade divina e a liberdade humana está na indiferença. Outra interpretação é a de que tanto a indiferença quanto a espontaneidade na liberdade humana apresentam semelhanças com a liberdade divina. E, por fim, há a interpretação de que apenas a espontaneidade da liberdade humana, ou seja, o fato de não ser influenciado por forças externas nas decisões livres é o que aproxima a humanidade de Deus. Ragland defende a interpretação que se refere à categoria “esclarecimento” e, portanto, ele está de acordo com a segunda possibilidade apresentada, pois se a segunda parte da definição explica ou esclarece a primeira, ambas as definições são essenciais ao conceito de liberdade, logo, todos os dois fazem do homem imagem e semelhança de Deus. Ragland inicia seu argumento pela espontaneidade:

Mas se espontaneidade (ser movido por uma razão) não pode pertencer a liberdade divina, como a segunda cláusula pode identificar um ponto de similaridade? Para ver a resposta, nós devemos abstrair da característica da segunda cláusula que se aplica apenas aos humanos, e ver a característica mais geral da segunda cláusula: liberdade de determinação externa. Deus é certamente livre de determinação externa, pois antes da criação não há nada fora de Deus que possa determinar a ação de Deus. Então se humanos também são essencialmente indeterminados por forças externas, então nós somos nesse aspecto similares a Deus (RAGLAND, 2016, p. 101).

O ponto de Ragland é que, apesar de existirem diferenças entre a espontaneidade dos atos de liberdade praticados por Deus e dos atos de liberdade praticados por seres humanos, os primeiros não têm nenhuma determinação e o segundo é determinado pelo entendimento claro e distinto e pela revelação divina, há um fator em comum que é a não influência de forças externas. Ainda assim, a independência de forças externas é parte constituinte da essência de Deus, enquanto a não influência de forças externas nos seres humanos é contingente, os homens podem estar ou não livres da influência dos preconceitos, das doutrinas das escolas, das percepções sensíveis e das paixões da alma, e decidir baseando-se somente no entendimento exige um esforço reflexivo guiado pelo método para uma apreciação adequada das ideias inatas, Deus, por sua vez, é livre sempre. No entanto, sendo generoso com Ragland pode-se aceitar que a não influência de forças externas é um fator comum entre a liberdade humana e a liberdade divina. Aceitar essa semelhança não é suficiente para conceber a posição do comentador. Faz-se necessário encontrar alguma similaridade entre a indiferença em Deus e nos homens:

Embora a autodeterminação seja um ponto de similaridade, ele não substitui o poder de escolha entre duas opções (*two-way power*) como um ponto de similaridade. Pois no único texto onde Descartes diz explicitamente que Deus não é determinado

externamente, ele usa essa falta de determinação para concluir que Deus tem poder de escolha entre duas opções (*two-way power*) ou possibilidades alternativas [...] Essa conexão necessária entre poder de escolher entre duas opções (*two-way power*) e não-determinação é exatamente o que nós esperaríamos se a leitura esclarecimento fosse correta: ambas as cláusulas identificam a mesma essência, mas a descrevem em termos diferentes (RAGLAND, 2016, p. 101).

Apesar da diferença entre a indiferença humana e a indiferença divina, sendo a primeira a evidência de um defeito ou limitação e a segunda o fundamento de um poder absoluto de escolha, Ragland insiste que, ainda assim, são poderes de escolha entre alternativas disponíveis e, enquanto tais, são semelhantes. A estratégia do comentador de abstrair as diferenças e focar nas poucas semelhanças é suficiente para que ele defenda a interpretação de que a expressão "*vel potius*" indica que a segunda parte da definição esclarece a primeira. Se ambas as partes da definição são essenciais, como quer Ragland, faz-se necessário para fundamentar essa interpretação apresentar situações nas quais são tomadas decisões indiferentes que ainda assim são espontâneas e determinadas pelo entendimento e decisões espontâneas que ainda assim são indiferentes em algum grau.

Considerar que decisões indiferentes são livres de forças externas não é problemático, pois na realidade na indiferença não há influência alguma que incline a vontade a alguma das opções disponíveis. No entanto, a espontaneidade não é definida apenas pela não influência de forças externas, mas pela determinação da revelação divina e, sobretudo, do entendimento claro e distinto. A presença de indiferença nas decisões espontâneas é ainda mais difícil de sustentar, pois quando o entendimento apresenta a verdade "não é possível não julgar" (DESCARTES, 1969, AT VII, p. 58) como verdadeiro o que é percebido clara e distintamente pelo intelecto. A inclinação irresistível da vontade provocada pelo entendimento descarta qualquer possibilidade de indiferença na ação espontânea. A interpretação de Ragland é equivocada, portanto.

Uma vez que já estão devidamente descritas as três interpretações relacionadas a expressão "*vel potius*" categorizadas por Ragland, a saber, "substituição", "expansão" e "esclarecimento", resta apresentar a interpretação defendida no presente artigo. Ragland é preciso quando percebe que a interpretação correta da definição de liberdade da *Quarta Meditação* depende diretamente da identificação de qual é a semelhança entre a liberdade humana e a liberdade divina. Esta semelhança não é encontrada nem na indiferença, nem na ausência de influência de forças externas, devido ao fato de que elas operam de forma completamente distinta em Deus e nos seres humanos. A chave de leitura correta se encontra no fato de que "em Deus, querer, entender e criar são a mesma coisa" (DESCARTES, 1969, AT I, p. 153). Deus possui a perfeição da unidade e da simplicidade e a identificação de atributos diferentes nele, como vontade e entendimento, é apenas uma forma humana de tentar

compreender Deus em sua infinitude maximizando os próprios atributos humanos. Em última análise, é uma antropomorfização de Deus. A semelhança entre os atos de liberdade humanos e os divinos está na comunhão que os homens experimentam entre a sua vontade e o seu entendimento quando prestam assentimento ao que é percebido clara e distintamente como verdadeiro. Zauderer (2010) descreve essa experiência de unidade da seguinte forma:

Quando a luz do intelecto brilha com sua total intensidade, nós não sentimos nada determinando nossa vontade vindo de fora – não só vindo de fora da mente, mas também de dentro. Ao invés de experimentar nosso intelecto como anterior a nossa vontade e então como que a compelindo à ação, nós sentimos que nós não queremos escolher nada a não ser o que o intelecto clara e distintamente entende ser digno da nossa escolha. Moralmente, então, nós não podemos resistir a assentir às percepções claras do intelecto precisamente porque nós não queremos resistir a elas, e nós não queremos resistir porque não podemos. Por conta desse mecanismo, nós experimentamos nosso intelecto e nossa vontade como mutuamente inseparáveis, similarmente à maneira pela qual nós entendemos a unidade entre intelecto e vontade em Deus. Ao invés de experimentar nossa vontade como sujeita a (e então como que compelida pelas) percepções do nosso intelecto, nós experimentamos nossa vontade neste momento valoroso como auto impulsionada, completamente independente e livre de qualquer tipo de restrição – tanto vinda de dentro como de fora da mente (NAAMAN-ZAUDERER, 2010, p. 147).

A única ressalva a ser feita ao argumento de Zauderer é a de que a sensação de completude decorrente da unidade entre vontade e entendimento quando se afirmar que algo é verdadeiro a partir de uma percepção clara e distinta, apesar de não ser um constrangimento que vem de fora da vontade em si, ela também não é desprovida de qualquer influência. O entendimento determina a vontade provocando uma inclinação irresistível a assentir o que é apresentado como verdadeiro e é justamente essa inclinação irresistível que causa a sensação de completude e unidade. É essa sensação de unidade provocada pelo ato livre, espontâneo e sem influência de forças externas que torna o homem semelhante a Deus que é em si mesmo uma unidade simples e perfeita, pois nele entendimento e vontade são a mesma coisa. Como Descartes considera o ato livre espontâneo o grau máximo de liberdade, nada mais natural que o elemento que torna o ser humano a imagem e semelhança de Deus advenha deste ato e não da experiência ínfima de liberdade que ocorre nas situações de indiferença, sendo que talvez elas nem possam ser chamadas de livres, como explicado anteriormente.

A partir da análise da definição de liberdade da *Quarta Meditação*, da comparação entre a liberdade divina e a liberdade humana das *Respostas às Sextas Objeções* e da carta a Mesland de 9 de fevereiro de 1645, pode-se afirmar que a interpretação correta a respeito da conjunção "*vel potius*" é a categorizada por Ragland como "substituição". Acompanhando Gilson e Beyssade, o presente artigo defende a perspectiva de que a liberdade como fruto da indiferença é mencionada por Descartes para ser descartada e substituída pela noção de liberdade enquanto ação não influenciada por forças externas, mas determinada pelo entendimento claro e distinto

e pela revelação divina. Toda a querela é originada por uma escolha equivocada das palavras feita por Descartes. Ao invés de nomear as escolhas que são fruto da indiferença como não livres, ele decide atribuir-lhes o nome de atos livres de grau ínfimo. Caso ele fosse direto em afirmar que a liberdade espontânea corresponde ao conceito apropriado de liberdade, não haveria motivos para debates na tradição de comentário. No entanto, uma análise das fontes primárias mencionadas pode corrigir esse equívoco no léxico do autor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEYSSADE, M. Descartes' Doctrine of Freedom: Differences between the French and Latin Texts of the Fourth Meditation. In: COTTINGHAM J. *Reason, Will, and Sensation: Studies in Descartes's Metaphysics*. Oxford: Clarendon Press, 1994. pp. 191–206.

DESCARTES, R.; ADAM, C. E.; TANNERY, P. *Oeuvres de Descartes*. Paris: Vrin, 1969.

GILSON, É. *La liberté chez Descartes et la théologie*. Paris: F. Alcan, 1913.

KENNY, A. Descartes on the Will. In: BUTLER R.J. *Cartesian Studies*. Oxford: Blackwell, 1972. pp. 1–31.

NAAMAN-ZAUDERER, N. *Descartes' Deontological Turn: Reason, Will, and Virtue in the Later Writings*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

RAGLAND, C. P. *The Will to Reason: Theodicy and Freedom in Descartes*. New York: Oxford University Press, 2016.